



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

11 de Setembro 2015



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Notícias do Dia	<b>Editoria:</b> Roberto Azevedo	<b>Data:</b> 11/09/2015
<b>Assunto:</b> Plano de Carreira do Magistério		<b>Página:</b> 02

# Notícias do Dia

### Educação

O que pesará mais na hora da análise do Sinte à proposta de Plano de Carreira do Magistério do governo do Estado: a visão sindical de que nunca está bom ou a global de que, em dez estados da federação, os servidores têm, neste momento, os salários parcelados ou atrasados e sem perspectivas de reajustes?

O governo quer aprovar a medida na Assembleia para descompactar a carreira este ano, para começar a valer em 2016, e prevê um investimento de R\$ 1,4 bilhão em salários nos próximos três anos, início da implantação, isso se não houver radicalizações que barrem a proposta no parlamento. A conferir.



**Veículo:** Diário Catarinense e AN

**Editoria:** Moacir Pereira

**Data:** 11/09/2015

**Assunto:** Nova carreira do magistério

**Página:** 08 e 10

## DIÁRIO CATARINENSE

# Educação: frustrações no magistério

**E**xecutiva estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) se reuniu ontem, em caráter de emergência, para avaliar a proposta do governo sobre a descompactação da tabela salarial e a nova carreira do magistério. As propostas foram entregues pelo coordenador de negociação, Décio Vargas, e pelo diretor de gestão da Secretaria da Educação, Valdenir Kriegér.

O secretário Eduardo Deschamps não participou da reunião, mas destacou que "haverá efetiva descompactação salarial da tabela". O problema é que ela se dará apenas entre 2016 e 2018.

Os dirigentes do Sinte reagiram com indignação no primeiro momento. Alegam que não houve nenhuma explicação sobre a proposta da tabela

salarial e da nova carreira. E ambas sofrerão modificações profundas se aprovadas pela Assembleia Legislativa e transformadas em lei estadual. Uma delas é a incorporação da regência de classe, uma das causas da greve geral deste ano.

Outra é a inexistência de qualquer benefício salarial neste ano.

Duas das aspirações da greve foram atendidas, segundo o secretário: professores de nível médio e com licenciaturas estarão contemplados na carreira; e os ACTs

entrarão nos níveis iniciais. Todos estavam fora no projeto inicial do governo.

O professor Eduardo Deschamps confirmou que neste ano não haverá reposição salarial. A nova tabela será implantada em duas etapas: a primeira na gestão Colombo, entre 2016 e 2018, e a segunda no próximo governo.

**A nova tabela será implantada em duas etapas: na gestão Colombo, entre 2016 e 2018, e no próximo governo.**

## A campanha

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) iniciou uma campanha pelas emissoras de rádio e televisão intitulada Levei Zero do Colombo. Refere-se ao fato de que neste ano mais de 35 mil professores, ativos e aposentados, segundo o Sinte, não terão qualquer reposição em seus salários. Ficarão congelados até 2016. O único reajuste foi dado aos que recebem o piso salarial.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Blog Moacir Pereira	<b>Editoria:</b> Blog Moacir Pereira	<b>Data:</b> 11/09/2015
<b>Assunto:</b> Novo Plano de Carreira		<b>Página:</b> Online



### Plano de Carreira do Magistério: Secretaria da Educação esclarece e adverte

A Assessoria de Imprensa da Secretaria da Educação divulgou nota sobre a proposta do Plano de Carreira do Magistério Público Estado. Traz informações adicionais e alerta que a não aprovação implicará em 2016 apenas em reposição com base do piso para a carreira inicial e professores ACTs. Leia a íntegra: "O Governo do Estado apresentou nesta quinta-feira, 10, a nova proposta do Plano de Carreira do Magistério Público Estadual de Santa Catarina no qual investirá R\$ 1,4 bilhão na descompactação da tabela salarial dos professores entre os anos de 2016 e 2018. A folha de pagamento do magistério estadual praticamente dobrou, dentro do Governo Colombo, passando de R\$ 1,8 para 3,5 bilhões com reajustes de vencimento que variam de 80% a 210% entre 2011 e 2015.

O Estado de Santa Catarina cumpre a Lei do Piso e já aplicou as atualizações previstas em lei para 2015 no mês de janeiro. Entretanto, a aplicação de outros reajustes salariais este ano esbarra na crise nacional que faz com que a receita do FUNDEB do Estado esteja abaixo da projetada e nos cortes orçamentários por parte do Governo Federal que deixou de repassar recursos, já empenhados, que seriam utilizados na manutenção das escolas.

Apesar deste cenário, o Governo analisa mês a mês a possibilidade de conceder novos ganhos aos professores de maior titulação e experiência ainda este ano, porém, considerando que 11 estados estão parcelando a folha de pagamento ou não pagando a dívida com a União, o momento pede cautela.

Cabe lembrar que em fevereiro, quando foi apresentada a primeira proposta para nova carreira, havia previsão de priorizar aumentos para os 35 mil profissionais com maior titulação e experiência, ao invés de contemplar os 27 mil ACTs e inativos de nível médio. A não aprovação da Medida Provisória 198 e a greve inviabilizaram o início da aplicação do novo plano em 2015. Finalmente, é importante o apoio de todos a fim de realizar a aprovação este ano da proposta apresentada. Caso isso não ocorra, o ano de 2016 iniciará novamente com aplicação automática de reajuste apenas aos profissionais de nível médio e inativos que já tiveram aumentos superiores a 200% desde a aplicação da Lei do Piso."



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Folha de São Paulo	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 11/09/2015
<b>Assunto:</b> Simulado ENEM		<b>Página:</b> Online

EM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL \* \* \* WWW.FOLHA.COM.BR

# FOLHA DE S.PAULO

## Folha abre inscrições para simulado do Enem; participe

Quem vai prestar Enem neste ano poderá se preparar melhor com a ajuda da **Folha**. Estão abertas até o dia 20 de setembro as inscrições para o simulado Folha-Adaptativa 2015. O exame é gratuito e a prova é on-line.

Funciona assim: depois de se inscrever –o que é muito fácil e rápido–, os estudantes poderão fazer a simulação da prova de 11 a 20 de setembro. Os inscritos podem escolher fazer a prova de uma só vez, em dois dias (como acontece no exame real) ou no tempo que desejarem enquanto a prova estiver disponível.

### Simulado Enem: faça sua inscrição

Os resultados serão divulgados um dia após o término do prazo para realizar a prova, no dia 21 de setembro. Cada estudante terá acesso a uma espécie de boletim personalizado com seu desempenho no exame.

Isso significa que, após a divulgação dos resultados do simulado Folha-Adaptativa, os estudantes terão ainda um mês para estudar. Os alunos poderão, por exemplo, focar as áreas nas quais teve pior desempenho –sabe-se que, em geral, os alunos tendem a estudar mais os assuntos com os quais ele se sente confortável e acaba deixando de lado os temas que trazem mais dificuldade.

As provas do Enem acontecem nacionalmente nos dias 24 e 25 de outubro.

### Melhor escola no Enem 2014

A correção do simulado Folha-Adaptativa é feita com a mesma tecnologia utilizada pelo MEC, a TRI (Teoria de Resposta ao Item). Diferentemente das provas convencionais de vestibular, como a Fuvest, no Enem as questões têm valores diferentes, dependendo, por exemplo, do índice de erro e de acerto das perguntas.

**REDAÇÃO**



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O simulado da Folha-Adaptativa também terá redação, que será corrigida de maneira colaborativa, pelos próprios alunos que fizerem a simulação. Depois de receber a correção do seu texto, o usuário será convidado a reescrevê-lo e a submetê-lo novamente até a data de término do simulado.

Isso é importante porque a parte escrita do Enem é um dos maiores desafios para quem faz a prova. No ano passado, quase 10% dos alunos que fizeram o Enem zeraram na redação. Foram cerca de 500 mil notas zero (leia mais [aqui](#)).

Mais: a partir deste ano, quem zerou na redação do Enem ficou impossibilitado de solicitar crédito estudantil universitário pelo Fies.

Além de ser usada para ingresso em quase todas as universidades federais do país, a nota no Enem também é usada para quem quiser ou no Ciência sem Fronteiras (bolsas acadêmicas em universidades do exterior).



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> G1 Santa Catarina	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 11/09/2015
<b>Assunto:</b> Ensino Médio em presídios		<b>Página:</b> Online



# SANTA CATARINA



### **Dilma institui oferta de ensino médio em presídios do país**

*Presidente aprovou mudanças na Lei de Execução Penal.*

*Artigo que determinava oferta obrigatória de ensino profissional foi vetado*

A presidente Dilma Rousseff sancionou nesta quarta-feira (9) uma mudança na Lei de Execução Penal que institui os estudos do ensino médio nos presídios brasileiros. A oferta de estudos, no entanto, não será obrigatória nas penitenciárias como acontece com as aulas do ensino fundamental.

De acordo com o novo artigo da lei, publicado na edição desta quinta (10) do "Diário Oficial da União" (DOU), o ensino ministrado aos presos será mantido financeiramente com o apoio da União, "não só com os recursos destinados à educação, mas pelo sistema estadual de justiça ou administração penitenciária".

O ensino médio ofertado nos presídios poderá ser no formato regular ou supletivo, com formação geral ou profissionalizante. As aulas serão integradas ao sistema estadual e municipal de ensino. O governo federal, os estados e os municípios também incluirão o atendimento aos presos em seus programas de educação à distância e de novas tecnologias de ensino.

Na publicação, Dilma vetou o artigo 1º da lei, aprovado pela Câmara dos Deputados, que ainda determinava a obrigatoriedade da oferta de ensino profissional aos presos. Para a presidente, "o dispositivo criaria uma nova diretriz para ação compulsória do Estado no segmento educacional, em desarmonia com as obrigações previstas na Constituição, bem como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional".

O veto presidencial entra, agora, na pauta do Congresso Nacional. Uma votação no Senado e na Câmara pode definir sua derrubada.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> G1 Santa Catarina	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 11/09/2015
<b>Assunto:</b> Novo Plano de Carreira		<b>Página:</b> Online



# SANTA CATARINA



### **Nova proposta de plano de carreira do magistério de SC é apresentada**

*Governo entregou documento ao sindicato da categoria na quinta-feira (11)*

Uma nova proposta do plano de carreira do magistério público de Santa Catarina foi entregue pelo governo do estado ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte-SC) na quinta-feira (10). O documento também foi apresentado aos gerentes regionais de educação. A categoria deve analisar o documento e apresentar um posicionamento em 15 dias.

Entre 24 de março e 3 de junho, a categoria ficou em greve e uma das principais reivindicações era o plano de carreira.

O novo plano prevê a implantação das mudanças nos próximos três anos, com um investimento de 1,4 bilhão entre 2016 e 2018, sem reajustes em 2015. O objetivo é fazer a descompactação gradual da folha de pagamento dos professores, para equilibrar a remuneração da carreira, "de forma responsável", segundo o secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps.

O Sinte informou em nota que "a proposta não está em consonância com as discussões nas mesas de negociações". Além disso, informou que o documento entregue, sem apresentação para a categoria, deixou dúvidas, além de ter modificado itens debatidos em mesas de negociação antigas, como dispersão, descompactação e índices de progressão.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> ADJORI	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 11/09/2015
<b>Assunto:</b> Educasul 2015		<b>Página:</b> Online



### **Começa em Florianópolis a 11ª edição do Educasul com a presença de 1,5 mil participantes**

*Tema central deste ano é a Base Nacional Comum, considerado um dos assuntos mais complexos já discutidos no país no setor de educação*

Começou nesta quinta-feira, no Centrosul, em Florianópolis, a 11ª edição do Educasul. O maior evento Sul Brasileiro de Educação reuniu aproximadamente 1,5 mil entre gestores, professores e demais profissionais do setor educacional. Este ano o tema central das discussões é a Base Nacional Comum, um dos assuntos mais complexos já discutidos no país e que deverá ser enviado até julho de 2016 para o Conselho Nacional de Educação (CNE). Este currículo deverá orientar todas as escolas brasileiras de educação básica. O texto entrará para consulta pública no próximo dia 16 de setembro.

Em Santa Catarina já existe uma grande mobilização neste sentido e as discussões do Educasul terão grande relevância neste processo na opinião do Secretário de Educação de Santa Catarina, Eduardo Deschamps, que participou da abertura do evento. “É preciso deixar claro que a base não significa currículo e sim parte dele. A Base Nacional Comum será um eixo condutor daquilo que imaginamos ser essencial no ensino de Norte a Sul do Brasil”, afirma o Secretário. Segundo ele o princípio é gerar uma identidade nacional, garantindo que todas as crianças e jovens tenham o direito de aprender aquilo que foi definido nesta base e alcançar resultados importantes e semelhantes ao final de cada processo. “A base vai influenciar na organização da escola, no processo pedagógico, na formação dos professores e na avaliação”, completa.

Amanhã, acontece um dos momentos mais esperados do evento, a participação do Ministério da Educação (MEC), responsável pela coordenação da Base Nacional Comum, com a presença do Coordenador Geral de Ensino Médio, Prof. Ricardo Magalhães.

#### **Saia Mais**

##### **O que diz a legislação?**

Tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica, de 1996, quanto o Plano



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Nacional de Educação, de 2014, quanto o documento final da CONAE 2014 indicam que o governo federal estabeleça uma base nacional comum para a educação básica. A legislação abrange escolas públicas e privadas.

### **Como funciona hoje?**

Estados e municípios são responsáveis pela elaboração das referências curriculares que serão usadas para subsidiar a construção dos currículos nas escolas públicas. Na rede privada, cada escola determina as expectativas de aprendizagem com base em livros didáticos e material apostilado.

### **Qual a proposta do governo?**

A partir de 2016, todas as escolas do país, públicas e privadas, terão como referência curricular uma base comum, com direitos e objetivos de aprendizagem para a educação básica. Segundo o MEC, caberá às escolas escolherem a linha pedagógica e a metodologia de ensino.

### **A Base Nacional Comum da Educação**

Estão envolvidos na construção da proposta preliminar da Base Nacional Comum, que irá à consulta pública à partir de 16 de setembro, 116 especialistas, divididos em 29 comissões de quatro integrantes cada, representantes das Secretarias de Educação, Universidades e prof. de educação básica, contemplando todos os estados. Com o objetivo de democratizar a discussão acerca da BNC, O Ministério da Educação tem organizado e participado de reuniões e eventos com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); Associações Científicas, Universidades, o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCEE); a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME); a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e o Fórum Nacional de Educação (FNE) entre outras entidades que atuam na discussão e implementação de políticas educacionais brasileiras.

### **Portal**

[www.basenacionalcomum.mec.gov.br](http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br)



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 11/09/2015
<b>Assunto:</b> MEC cria 'comitê de gênero'		<b>Página:</b> Online



### MEC cria 'comitê de gênero'

*Grupo consultivo foi instituído em portaria publicada nesta quinta-feira (9). Objetivo é propor diretrizes e dar subsídios para políticas educacionais*

O Ministério da Educação (MEC) instituiu nesta quinta-feira (10) o Comitê de Gênero. O grupo, de caráter consultivo, foi instituído em portaria publicada no "Diário Oficial da União". O objetivo é propor diretrizes e dar subsídios para políticas educacionais.

aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) e dos planos municipais e estaduais de Educação. No PNE e em boa parte dos documentos regionais, representantes do legislativo retiraram o trecho que aponta que as escolas devem promover a igualdade de gênero, raça e orientação sexual. Houve pressão de diversos setores, sobretudo ligado às igrejas.

De acordo com o MEC, o comitê deve desenvolver políticas e subsídios para garantir o "direito à educação de qualidade, dentre outras ações, projetos e programas educacionais, com a promoção dos direitos relacionados às questões de gênero, e o enfrentamento das diversas formas de preconceito, discriminação e violência".

O grupo deve ser formado por "servidores da Administração Pública, de organismos internacionais, de entidades não governamentais" e especialistas em assuntos ligados ao tema. De acordo com a portaria, a participação não será remunerada.

Filósofa defende o debate  
Na quarta-feira (9), em São Paulo, a palestra da filósofa americana Judith Butler atraiu centenas de pessoas ligadas à pesquisa e à militância das questões de gênero e LGBT, e um pequeno grupo de manifestantes contrários à discussão.

Butler, que foi alçada ao status de celebridade na área após elaborar conceitos que levaram à criação da teoria queer, foi a principal palestrante do primeiro dia do Seminário Queer, que termina nesta quinta (10) no Sesc Vila Mariana. Leia reportagem completa.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

"Agora, vai haver uma luta para colocá-lo de volta no plano de educação. Talvez eles vençam. Talvez eles vençam, talvez não vençam. Em outras palavras, vocês são parte de um debate historicamente em evolução nesse assunto. Esse não é o fim da história", disse ela.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 11/09/2015
<b>Assunto:</b> Lei de Responsabilidade Educaciona		<b>Página:</b> Online



### **Especialistas defendem Lei de Responsabilidade Educacional menos punitiva** **10 de setembro de 2015**

*Para educadores, norma deve priorizar políticas de incentivo à melhoria do ensino, e não sanções a gestores*

Diferentemente de outras reuniões da Comissão Especial da Lei de Responsabilidade Educacional (PL 7420/06 e apensados), deputados e especialistas criticaram, na quarta-feira (2), o estabelecimento – na proposta – de punições a gestores por problemas de infraestrutura nas escolas e pelo mau desempenho de alunos e professores. Para a maioria dos debatedores, o texto deve priorizar o teor pedagógico e social para a melhoria do ensino.

A lei é uma exigência do Plano Nacional de Educação (PNE - Lei 13.005/14), aprovado em 2014, e já deveria estar em vigor desde junho. Ao todo, 21 propostas tramitam em conjunto na Câmara sobre responsabilidade educacional – um texto alternativo (substitutivo) chegou a ser analisado na legislatura passada, mas não foi votado.

Na avaliação do presidente do Instituto Alfa e Beto, João Batista Oliveira, a mudança na educação tem de ser baseada em incentivos, não em sanções. “Hoje não temos a coisa mais importante, que é uma estrutura e uma política para formar professores de qualidade. A gente não cria instituição por lei; é um processo social”, disse.

Relator da comissão, o deputado Bacelar (PTN-BA) afirmou que as discussões caminham para a criação de uma lei que vise, em um primeiro momento, à melhoria da estrutura educacional para só depois cobrar resultados.

O caráter pedagógico e social também foi defendido pelo coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara. Ele ressaltou que o desafio ainda é a expansão do ensino, opinião compartilhada pela presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader. A professora alegou que o País



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

precisa de diretrizes e qualificação adequada do corpo docente. Nader destacou ainda que já existem leis que punem administradores pelo mau uso de recursos públicos.

Outra visão  
Representante do Movimento Todos Pela Educação, Alessandra Gotti foi a única palestrante a defender uma Lei de Responsabilidade Educacional com punições explícitas para gestores do Poder Executivo (prefeitos e governadores) em casos de irresponsabilidades administrativas. Para ela, a medida é necessária para a criação de uma “cultura de transparência”.

Requerente do debate dessa quarta e presidente da comissão especial, a deputada Keiko Ota (PSB-SP) reafirmou as observações realizadas em encontros anteriores e defendeu a responsabilização dos gestores em relação, principalmente, às verbas envolvidas. “Quando se trata de educação, é importante saber quem, como e onde o recurso foi utilizado para termos um avanço”, declarou.

O colegiado tem marcado mais duas audiências públicas neste mês para, então, dar sequência à discussão da matéria apenas entre os parlamentares. O deputado Bacelar prevê que o relatório final seja entregue no início de novembro.